

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 31 – Janeiro/Junho de 2026

Páginas 75 a 96

Ana Paula Oliveira Teixeira
Universidade Ibirapuera
anapaulaot.ot@gmail.com

Maristela Gonçalves Soares
Universidade Ibirapuera
maristelagoncalves808@gmail.com

Gabriela Lima Lisboa
Universidade Ibirapuera
gabislima9@gmail.com

Camila Soares
Universidade Ibirapuera
camila.soares@ibirapuera.edu.br

Luciana Nery Franco Campos
Universidade Ibirapuera
luciana.campos@ibirapuera.edu.br

A Importância da Relação Família-Escola no Desenvolvimento do Aluno na Educação Básica

Resumo:

A relação entre família e escola constitui um dos pilares para a promoção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nos últimos anos, as transformações sociais e tecnológicas têm exigido novas formas de interação entre escola e família, sobretudo diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 que evidenciou a importância dessa parceria para a continuidade do processo educativo. O fortalecimento dessa parceria favorece não apenas o desempenho acadêmico, mas também os aspectos emocionais e sociais, contemplando desde bebês, crianças, adolescentes e o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Considerando que a família representa o primeiro espaço de socialização e a escola contribui para a formação crítica e cidadã, torna-se fundamental discutir estratégias que ampliem a participação familiar no cotidiano escolar. Instâncias como Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e Reuniões de País e Representantes de Classe, se destacam como instrumentos democráticos para promover essa aproximação, incluindo também a tecnologia como ferramenta primordial para o avanço dessa relação.

Fundamentado nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N° 9.394/96), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em livros e artigos bibliográficos, busca compreender como essa parceria pode fortalecer o processo educativo. Assim, pretende contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas colaborativas voltadas à formação de sujeitos críticos participativos e conscientes de seu papel na sociedade. Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade como elemento essencial para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. A efetivação dessa parceria contribui para o desenvolvimento de uma cultura escolar baseada no diálogo, na corresponsabilidade e no respeito mútuo, evidenciando que o envolvimento familiar não deve ser visto apenas como apoio às atividades escolares, mas como parte integrante do projeto pedagógico, favorecendo aprendizagens significativas e o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Família. Escola. Alunos.

ABSTRACT

The relationship between family and school is one of the pillars for promoting quality education and the holistic development of students. In recent years, social and technological transformations have demanded new forms of interaction between schools and families, especially in light of the challenges posed by the Covid-19 pandemic, which highlighted the importance of this partnership for the continuity of the educational process. Strengthening this collaboration benefits not only academic performance but also emotional and social aspects, encompassing infants, children, adolescents, and students in Youth and Adult Education (EJA). Considering that the family represents the first space of socialization and the school contributes to critical and civic formation, it becomes essential to discuss strategies that expand family participation in school life. Instances such as School Councils, Parent-Teacher Associations, Student Unions, and Class Representative Meetings stand out as democratic instruments to foster this connection, with technology also serving as a key tool to advance this relationship. Grounded in the principles of the National Education Guidelines and Framework Law (LDB No. 9.394/96), the National Common Curricular Base (BNCC), and supported by books and academic articles, this research seeks to understand how this partnership can strengthen the educational process. It aims to contribute to the development of collaborative pedagogical practices focused on forming critical, participatory individuals who are aware of their role in society. Furthermore, the study reinforces the need to strengthen the bond between school, family, and community as an essential element in building a more inclusive and democratic education. The realization of this partnership contributes to the development of a school culture based on dialogue, shared responsibility, and mutual respect, emphasizing that family involvement should not be seen merely as

support for school activities, but as an integral part of the pedagogical project, fostering meaningful learning and the full exercise of citizenship.

Keywords: Family. School. Students

1. INTRODUÇÃO

A Relação entre Família e Escola tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a promoção de uma educação de qualidade e para o pleno desenvolvimento dos estudantes. Estabelecer uma parceria sólida entre essas duas instituições é essencial para garantir que o processo de aprendizagem ocorra de forma significativa, considerando as diversas dimensões que compõem a formação do indivíduo. Sabe-se que a aproximação entre família e escola favorece não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento emocional e social das crianças, adolescentes, bebês e especialmente público da EJA.

A escolha do tema “Relação Família-Escola” se justifica pela crescente necessidade de fortalecer os laços entre esses dois espaços formativos, reconhecendo que ambos desempenham papéis complementares e indispensáveis na educação dos alunos. A família é o primeiro ambiente de socialização e de transmissão de valores, enquanto a escola contribuiu com a formação acadêmica, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção da cidadania.

Principais funções da família é educar para a vida em sociedade (valores, respeito, empatia e responsabilidade), dar amor, afeto, segurança emocional, ensinar noções básicas de convivência, limite, respeito, cabe a família também cuidar da saúde, alimentação e bem-estar, acompanhando e apoiando a vida dos filhos.

Principais funções da escola é ensinar conteúdos formais, promover desenvolvimento intelectual e crítico, estimular a socialização, trabalhar regras de convivência e cidadania e preparar para o mundo do trabalho e sociedade.

As funções da família e da escola se complementam. A família forma a base emocional e ética e a escola complementa com conhecimento e preparação para a vida em sociedade.

Nesse sentido, discutir e aprofundar essa temática é de extrema relevância acadêmica, pois permite refletir sobre práticas que favoreçam a participação efetiva das famílias no cotidiano escolar, incentivando a corresponsabilidade na trajetória educativa dos estudantes. Além disso, é fundamental destacar o papel dos colegiados escolares, como: Conselho escolar, Associação de Pais e Mestres (APM), Grêmio Estudantil, Reunião de Pais e Representantes

de Classe, como instâncias democráticas que promovem a participação da comunidade no processo de gestão e tomada de decisões pedagógicas e administrativas.

Outra maneira de unir esses grupos é o uso da tecnologia, que cada dia passa a ser usada como ferramenta importante na interação família-escola. E tem surtido efeito positivo para o avanço nessa relação.

Assim, este trabalho, fundamentado no livro, *Conselhos Escolares, gestão democrática e qualidade de ensino*, da Maria de Fátima Magalhães de Lima, Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC Rio (2016) e demais autores, tem como proposta compreender as dinâmicas que envolvem a relação família-escola, evidenciando sua relevância, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento dessa parceria, além de documentos oficiais que norteiam a educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Constituição Federal de 1988.

A ideia é contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais colaborativas, participativas e alinhadas à formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seu papel na transformação social.

2. SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

2.1 Família

A família é o berço onde cresce a nossa visão de mundo. Ela é a primeira escola da vida, onde se aprende a amar, a respeitar e a se relacionar com os outros. A forma como, os integrantes dessa instituição, doravante alunos, são criados e educados em casa, influencia profundamente a maneira como se enxerga o mundo e como se posicionam nele, refletindo a origem e o seu lugar na sociedade.

A família é um conceito que pode ser entendido de muitas maneiras diferentes. Para alguns, é uma questão de laços de sangue, enquanto para outros, é uma questão de amor, cuidado e compartilhamento de uma vida juntos. Pode ser formada por pais e filhos, avós e netos, irmãos e irmãs, ou até mesmo por amigos que se tornam como uma família. O importante é que seja um espaço de amor, apoio e aceitação mútua.

Ainda conceituando família, pode-se dizer que é um refúgio de amor e conexão, onde as pessoas se unem em uma teia de relações profundas e significativas. É um lugar onde as gerações se encontram, compartilhando histórias, tradições e valores, onde laços de afeto e confiança são fortalecidos.

A Constituição Federal de 1988, artigo 226, inciso 3º e 4º, define a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Nos dias atuais, as famílias têm uma rica variedade, diversidade. Existem elas de todas as cores, culturas e estilos de vida. Há famílias compostas por pais de mais diferentes origens, com pais do mesmo sexo, famílias adotivas, família mista, cada uma delas é única e especial, com sua própria história e tradições.

A família é vista como primeiro espaço de aprendizado na vida de uma pessoa, tem um papel fundamental na maneira como ela se conecta com o mundo, sendo influenciada pela sua posição na sociedade. Fora do ambiente familiar, a escola costuma ser o primeiro grupo social do qual a criança pertence.

Embora a discussão sobre o que é família esteja crescendo, ainda não consegue encontrar uma definição que todos os estudiosos, instituições governamentais e sociedade como um todo, concordem.

Ainda que não haja um consenso total sobre o que define uma família, é importante focar nas definições que incluem os aspectos básicos e fundamentais do que pode ser considerado família. Essas características são importantes para conduzir estudos e pesquisas que reflitam as complexas relações humanas. Neste contexto é interessante pensar na intimidade que os membros dessa relação compartilham (BRASIL 1988).

2.2 Escola

A Escola configura-se como uma instituição adaptável, que responde a diferentes realidades sociais e momentos históricos. É fruto de um processo coletivo construído ao longo de uma complexa trajetória de transformações sociais.

A Escola, ao longo de sua história de implantação como instituição social, exerceu um papel fundamental na constituição das identidades dos sujeitos. Longe de ser um espaço neutro, ela se insere em contextos culturais, sociais, refletindo e reproduzindo seus valores. No espaço escolar, estabelecem-se relações de convivência social que refletem, de forma direta, os valores e atitudes cultivados na sociedade. Essas relações são permeadas tanto por práticas de tolerância quanto de intolerância, que influenciam a maneira como os indivíduos e os grupos se posicionam diante das diferenças.

Quando prevalece o respeito mútuo, a escola torna-se um ambiente propício ao diálogo, à cooperação e à construção de vínculos que ultrapassam o espaço físico, contribuindo para a humanização da vida em sociedade. Para Tardif, a escola é:

A escola é um lugar organizado, espacial e socialmente separado de outros espaços cotidianos. Possui características organizacionais próprias que influenciam quem dela faz parte. É um lugar produto de convenções que se traduz em rotinas relativamente estáveis através do tempo (Tardif, 2005, apud Lima, 2020).

A Escola, além de seu papel na formação cidadã e na promoção da convivência social, cumpre também a função de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho. Ainda que os alunos não se preocupem com isso, as representações cotidianas estão presentes em suas vidas. Ideia como “se tornar alguém” ou “vencer na vida”, estão ligadas à necessidade de ir à escola. Atualmente, uma das principais atribuições da escola é preparar seus sujeitos para enfrentar e superar os desafios de um mundo marcado por rápidas transformações e conflitos interpessoais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Para além de sua função formativa, a escola se destaca entre os demais espaços de socialização por sua capacidade de analisar e mediar as diversas influências culturais que incidem sobre as novas gerações, conferindo-lhe identidade própria e relativa autonomia nesse processo.

Portanto, compreende-se que uma das funções do processo de socialização escolar é formar o cidadão para a inclusão e a participação ativa na vida pública, reconhecendo e lidando com as contradições inerentes às sociedades contemporâneas (LOPES, 2020).

Etapas de ensino	Faixa-etária	Objetivos BNCC
Creche	0 à 3 anos (não obrigatório)	Desenvolver vínculos afetivos; Explorar o corpo e o movimento; Brincar e imaginar; Conhecer o ambiente.
Pré-escola	4 e 5 anos	Conviver; Brincar; Explorar; Expressar-se; Conhecer-se; Participar.
EFAI	6 à 10 anos	Ler, escrever e se comunicar; Resolver problemas.

EFAF	11 à 14 anos	Desenvolver competências gerais; Aprofundar conhecimentos; Promover a interdisciplinaridade; valorizar a diversidade cultural e social; Estimular o protagonismo juvenil; Preparar para o exercício da cidadania, Desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais.
Ensino médio	15 à 17 anos	Desenvolver competência e habilidades essenciais; Garantir a formação integral dos estudantes; Aprofundar os conhecimentos das áreas do conhecimento; Promover a flexibilidade curricular; Preparar para a vida cidadã; o mundo do trabalho e o ensino superior; valorizar a diversidade e a equidade, Incentivar o uso ético e crítico das tecnologias digitais.

2.3 Relação Família-Escola

A diferença entre os ambientes familiar e escolar pode criar barreiras para a colaboração entre eles. Para superar isso é importante fornecer informações claras, objetivas e conceitos básicos sobre o desenvolvimento e evolução dos filhos, de maneira que os pais possam entender e se envolver mais facilmente. No entanto, essas diferenças não devem ser um obstáculo para a colaboração e o estabelecimento de laços entre a família e a escola. Ao contrário, integrar esses dois contextos é fundamental para o desenvolvimento de políticas e programas educacionais que realmente funcionem.

Refletir sobre esse tipo de parceria exige que os professores reconheçam que muitas reuniões, que costumam ser longas e focadas apenas em temas teóricos ou na lista de problemas dos alunos, não tem sido eficaz. Quando as reuniões se limitam a falar sobre notas baixas ou a criticar o desempenho dos alunos, e o professor é o único a ter voz, os pais acabam se desconectando.

Muitas vezes eles não comparecem, conversam entre si durante o encontro ou parecem desinteressados na vida escolar dos filhos. Para que a parceria entre escola e família funcione, é essencial criar um ambiente mais acolhedor e participativo, onde todos possam compartilhar suas ideias e preocupações.

De acordo com Piaget, o desenvolvimento moral e cognitivo da criança ocorre por meio da interação com o meio social. Nesse processo, a família e a escola exercem papéis fundamentais, oferecendo contextos distintos, porém complementares, para a construção de valores, regras e conhecimentos.

“É somente mantendo relações com os outros que a criança pode transcender seu egocentrismo intelectual e afetivo”. (Piaget, 1932, O Juízo Moral da Criança).

Os pais devem ter as oportunidades de compartilhar suas opiniões e experiências, e os professores devem estar abertos a ouvir e considerar esses pontos de vista. Essa parceria vai muito além de uma troca de favores, ela é fundamental para o desenvolvimento dos alunos e para o sucesso de sua educação.

A influência da cultura sobre o desenvolvimento individual é significativa, pois valores, crenças, atitudes e oportunidades, podem tanto facilitar, quanto barrar o crescimento pessoal. Os pais têm um papel instrucional importante no desenvolvimento infantil sendo agentes primários. E suas crenças, valores e atitudes, podem ajudar a estabelecer alianças e propiciar um clima de cumplicidade entre educadores e pais.

Um ponto a ser considerado é o fato de que os pais podem ter passado por experiências não tão boas no período de sua escolarização, e esse fato os levam a transmitir uma ideia negativa da escola, para seus filhos, agindo com desconfiança.

Outro fator que pode dificultar a aproximação entre pais e educadores, dentre as várias, são as barreiras culturais, principalmente ao ser ignorada, eliminando sua importância como componente essencial nesta relação.

Há também as crenças dos educadores, que podem influenciar, como diretores e professores que acreditam na incapacidade dos pais na contribuição para o currículo escolar, limitando-os a apenas participar das reuniões para receber os boletins.

Apesar dessas crenças, das opiniões dos educadores, a participação da família é uma questão muito importante, e a percepção que os professores têm da família como parceria educacional é fundamental para os processos evolutivos dos alunos.

Etapas de Ensino

A diferença entre família escola é amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais para o sucesso educativo dos estudantes. No entanto, essa relação não se apresenta de forma homogênea ao longo das etapas da educação básica. A Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, e Ensino Médio, carrega especificidades que influenciam diretamente o tipo de envolvimento familiar, os canais de comunicação utilizados, os papéis atribuídos às famílias e os impactos no desempenho escolar.

Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

A LDB-1996- Lei de Diretrizes e Bases, declara que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, com finalidade integral no desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, vindo complementar a ação das famílias.

A instituição destinada a educação infantil assume o papel de ambiente privilegiado para o desenvolvimento de diálogos e mediações que favorecem a apropriação cultural. Considerando que a criança é entendida como um sujeito histórico, social e cultural, que se desenvolve por meio das experiências e vínculos construídos nas interações com o mundo desde os primeiros momentos de vida.

A família e a instituição, aqui enfatizada, creche, exercem papéis próximos fundamentados nas dimensões do cuidado e da educação. Para que cumpram suas funções sociais é essencial que estabeleçam vínculos de cooperação, preservando suas particularidades, mas somando esforços em benefícios do desenvolvimento da criança.

Na creche o atendimento à criança pode considerar sua trajetória de vida, enquanto a família atua como parceria nesse processo, contribuindo para uma compreensão mais ampla e para intervenções adequadas. No período da adaptação essa relação é primordial para o bom andamento do ano letivo. A angústia é a mesma para ambos os lados e garantir uma parceria harmoniosa entre família e creche, deve ser um princípio norteador de toda ação educativa direcionada à infância. Adotar uma boa relação é garantia de uma educação de qualidade, responsabilidade, compromisso e com direitos iguais para todos da comunidade educativa.

Na educação infantil, a cooperação entre escola e família costuma envolver uma participação mais afetiva e centrada no cuidado, no desenvolvimento socioemocional. Os pais têm uma expectativa maior em ter um lugar seguro para seu filho ficar, sem um interesse na vida

escolar dele, colocando essa responsabilidade total à escola, divergindo entre eles sobre o compartilhamento da responsabilidade educativa. Brito e Silva (2025)

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Aqui, a participação familiar é mais focada na alfabetização, em tarefas simples de casa, no acompanhamento frequente dos professores. A família costuma ser convocada para ser apoio direto nos primeiros aprendizados formais. Um dos papéis da família é criar hábitos para incentivar a leitura, a escrita e cálculo no cotidiano da criança, mesmo ela não dominando essas habilidades, isso contribui para o conhecimento dessa criança, que ajudará no processo de desenvolvimento intelectual. Vale (2023)

Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Nessa fase, a tendência é ocorrer uma mudança nessa relação, há menos contato diário, as tarefas de casa são mais complexas, maior autonomia do aluno no geral. Os pais participam cada vez menos dos encontros, prejudicando a relação.

Esses encontros acontecem mais para debaterem sobre notas baixas e comportamento, deixando de lado outros aspectos que influenciam no avanço da aprendizagem do aluno, acreditando que nessa etapa espera-se que eles sejam mais independentes, que a escola faça suas intervenções pedagógicas específicas, que os pais atuem mais em apoio moral e motivacional do que no acompanhamento direto aos conteúdos aplicados em sala. Saraiva e Wagner (2013)

Ensino Médio

Nessa etapa de ensino é onde o vínculo entre família e escola enfraquece, em comparação às séries iniciais devido à maior autonomia dos adolescentes, à sobrecarga de responsabilidades familiares e à falta de estratégias eficazes para uma comunicação escolar, apesar desse envolvimento ser essencial para o sucesso acadêmico, para o equilíbrio emocional dos estudantes e para a motivação deles, fortalecendo-os para não haver desistência.

A preocupação maior nessa fase é a de preparar o aluno para o mercado de trabalho e para o vestibular, para que ele dê seu passo à diante, no ingresso a uma universidade, tirando o foco do desenvolvimento desses jovens numa educação integral. E a família tende a acreditar

que exigir frequência, boas notas é uma garantia de envolvimento e reduz assim sua participação na escola. Oliveira (2007)

A Relação Família – Escola não se limita da Educação Infantil ao Ensino Médio, esse vínculo precisa ser fortalecido desde a creche e incluindo de maneira especial a modalidade, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base nos princípios da Lei nº9.394/1996, da Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determina no seu capítulo V. Art. 37 que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade em estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria. (LDB) – Lei 9394/1996

A EJA constitui-se como um direito assegurado àqueles que, por diferentes razões, não puderam frequentar a escola na etapa adequada de sua vida. A história da EJA revela um percurso de dificuldades, entretanto, hoje, é reconhecida como garantia legal assegurada pela legislação. A LDB/1996, destaca no seu artigo 2º, que a educação, como responsabilidade compartilhada entre família e Estado, orientada pelos princípios da liberdade e solidariedade, tem como objetivos o desenvolvimento do estudante, sua capacitação para o mundo do trabalho e a formação cidadã (BRASIL,1996).

Um dos grandes precursores da EJA, Paulo Freire, deixou contribuições significativas para essa modalidade. Sua concepção pedagógica voltada especialmente para a alfabetização de adultos, influenciou diversas propostas de educação popular no Brasil. Freire defendia que a alfabetização não deveria ser restrita ao domínio da leitura e escrita, mas ir além disso, devia conscientizar o sujeito, possibilitando-lhe compreender sua realidade e transformá-la. Como disse Paulo Freire:

A verdadeira revolução, cedo ou tarde, tem de inaugurar o diálogo corajoso com a massa. Sua legitimidade está no diálogo com elas, não no engodo, na mentira. Não pode temer as massas, a sua expressividade, a sua participação efetiva no poder. Não pode negá-las. Não pode deixar de prestar-lhes conta. De falar se seus acertos, de erros, de seus equívocos, de suas dificuldades. (FREIRE,1987, apud Martins Rezende e Peres Gonçalves (2021)

O retorno dos sujeitos da EJA para o ambiente escolar é marcado pelo apoio da família. Mãe que “pega no pé” para que o filho finalize seus estudos para poder começar uma graduação. Outro que além de retornar, consegue convencer o irmão a ir junto, o que ajuda bastante na adaptação e a vencer o cansaço de ter que estudar e trabalhar. Maridos e filhos que oferecem total apoio as mães para que voltem a estudar.

Nota-se, que apesar das dificuldades enfrentadas para o reingresso à escola, a parceria da família é primordial para que esses jovens e adultos vejam a educação como ponte para a realização de sonhos e como ferramenta para se posicionar melhor na sociedade.

Tecnologia como ferramenta importante na interação família-escola

O uso da tecnologia tornou-se parte integrante da rotina escolar, sobretudo após a pandemia de Covid-19, onde foi ferramenta primordial para os que mantiveram uma relação de parceria com a escola. Puderam contribuir para que seus filhos dessem continuidade aos estudos, minimizando as dificuldades e reduzindo os prejuízos no acompanhamento dos conteúdos ao adotar esses recursos tecnológicos.

Esse contexto evidenciou a relevância de ferramentas cada vez mais avançadas como vídeo, áudio, plataformas interativas que são capazes de aproximar professores, estudantes e famílias em uma dinâmica nova de ensino-aprendizagem.

No entanto, é preciso considerar a falta de internet nas escolas localizadas na zona rural. Ainda que há um esforço tanto de empresas, quanto de prefeituras para proporcionar essa conexão, ainda existe desafios.

Com a globalização, torna-se indispensável que, independentemente de o estudante estar inserido em áreas urbanas ou rurais, a educação esteja preparada para lidar com as exigências impostas pelos avanços tecnológicos. Importante enfatizar que tanto as escolas quanto as famílias, estão se esforçando para se adaptar às novas tecnologias, em prol dos alunos.

O impacto positivo da tecnologia atualmente já é visto, quando a escola usa as redes sociais para divulgar não só informações importantes, mas também atividades diferenciadas, fotos, eventos, e até o calendário escolar.

É uma forma de a família conhecer, interagir e acompanhar a vida escolar do seu filho mesmo não estando no mesmo ambiente.

O uso dos aplicativos tem sido cada vez mais popular nessa relação. Os avisos que antes eram enviados pela agenda, ou papel impresso, hoje são enviados através dos grupos de pais e mestres, o que aproxima a comunicação. E pensando nas escolas rurais, é ainda mais importante essa interação, considerando a distância que há entre a escola e a casa do estudante.

A tecnologia não veio para substituir as interações familiares, veio como auxílio para acompanhar o desempenho escolar e fortalecer o diálogo, que para o aluno é uma prova do interesse de ambas às partes para seu crescimento acadêmico. Carius e Oliveira (2022)

Retrocessos e Avanços na relação família-escola

Atualmente, observa-se uma crescente atenção à importância do vínculo entre família e escola. Contudo, ainda persistem barreiras nesse processo. Muitos pais e responsáveis têm dificuldades em compreender os conteúdos trabalhados em sala de aula, enquanto parte dos docentes observa uma falta de uma comunicação mais clara e acessível com os pais.

Em determinadas situações, a escola tende a rotular a família como inoperante ou sem preparo, enquanto inúmeros pais revelam insegurança diante das metodologias de ensino contemporâneas, talvez por comparação ao método usado na sua época de escolaridade. Muitas vezes, a família atribui a responsabilidade à escola ou ao estudante, sem perceber seu papel essencial no processo de aprendizagem. Silva (2021)

De acordo com a pesquisa realizada pelo Itaú Social.org (2020), a maior parte dos secretários estaduais e municipais de educação considera que a participação das famílias na vida escolar está aquém do esperado. Os resultados apontam que 80% dos secretários estaduais e 61% dos municipais classificam essa interação como abaixo do desejado. Apenas 20% dos estaduais e 5% dos municipais avaliaram que a participação das famílias está de acordo ou acima das expectativas.

Apesar desse cenário, o estudo enfatiza que, nas instituições em que a relação família-escola é mais efetiva, há aumento nas matrículas, melhorias da frequência e o desempenho escolar, além da redução da evasão e da reprovação.

Esses dados reforçam a relevância da parceria entre escola e família, ainda que evidenciem a necessidade de maior fortalecimento dessa interação. Inclusive para um aumento nessa relação, a pesquisa enfatiza a importância de preparar encontros que deixe claro para as famílias seu valor nessa interação, sendo tratados por igual, sem levar em consideração suas condições sociais.

3. COLEGIADOS QUE FAZEM A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA ACONTECER

Organismos obrigatórios e regidos por estatutos, os conselhos escolares reúnem representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, como: alunos, professores,

pais, gestores e funcionários. Um princípio fundamental que está gravado na lei brasileira, a gestão democrática da escola pública, é considerado um caminho essencial para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. (Lima, 2020).

No Brasil não há um modelo único de como esses conselhos devem ser organizados e como funcionar. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), de 1996, deixou que os estados e municípios decidissem como regulamentar a gestão democrática das escolas, levando em conta as necessidades locais. Isso significa que cada escola pode ter seu próprio modelo de conselho, com regras e funcionamento diferentes.

Embora isso possa permitir uma maior flexibilidade e adaptação, também pode criar desafios para garantir que todos os membros do conselho tenham voz e sejam ouvidos. Sob esse olhar, a LDB prevê no seu artigo 3º, inciso VIII, que o ensino será aplicado com base, entre outros princípios, numa gestão democrática se ensino público, na forma desta Lei e da Legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal, confirmando um princípio já estabelecido pela Constituição Federal de 1988, onde relata no artigo 206, inciso VI, da referida Constituição, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL,1988), é um dos valores que orientam a forma como o ensino é ministrado.

A LDB permite que os sistemas de ensino definam suas próprias normas para garantir uma gestão democrática e participativa na educação básica. No entanto, no artigo 14, incisos I e II, ela determina os princípios que servirão de base para que os sistemas de ensino estabeleçam essas normas, especificamente: I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL,1996).

Os conselhos escolares não são apenas uma questão a lei ou implementar um modelo pré-definido. A realidade é muito mais complexa e dinâmica. A forma como os conselhos funcionam, o papel que desempenham e a efetividade que tem, dependem de muitos fatores, incluindo a cultura local, as relações de poder, as necessidades e expectativas da comunidade.

Não é possível simplesmente implantar um modelo de gestão democrática para uma escola e esperar que funcione perfeitamente. A prática social é muito mais complexa e requer uma abordagem mais sutil e adaptável. Os conselhos escolares devem ser vistos como um processo em constante evolução, que requer negociação, adaptação e criatividade.

Os conselhos escolares são espaços onde os pais, os alunos e a comunidade se reúnem para discutir e trabalhar juntos para melhorar a escola. A presença desses participantes nos conselhos é peça fundamental para uma educação de qualidade.

Eles trazem uma perspectiva única e valiosa, onde ajuda a garantir que a escola esteja realmente atendendo às necessidades da comunidade, uma escola que é verdadeiramente pública, aberta e comprometida a desenvolver uma cultura de participação de todos, onde as famílias não são apenas espectadores, mas também protagonistas.

A criação de políticas públicas educacionais que promovam a participação e a cooperação entre famílias e escola, tem sido uma tendência crescente nos países ocidentais nos últimos anos. Países como, França, Inglaterra, Estados Unidos e a Comunidade Europeia, são alguns dos que acreditam nessa parceria.

O Brasil não está isolado dessas tendências mundiais e, aqui tem-se visto iniciativas governamentais que caminham na mesma direção. O MEC (Ministério da Educação e Cultura), lançou em 24 de abril de 2001, O Dia Nacional da Família na Escola, que deveria acontecer nos estabelecimentos públicos de ensino, a cada seis meses. A organização do evento seria de responsabilidade de cada escola, mas a ideia central era estabelecer uma parceria com os pais nesse dia específico. Este ano, a data se torna ainda mais importante, pois a família é chamada a assumir um papel fundamental na prevenção da violência nas escolas. O Ministro da Educação, Camilo Santana, destaca que a família desempenha um papel essencial na educação dos seus filhos e deve estar envolvida também na vida escolar, conforme informação do Ministério da Educação.

Na perspectiva da democracia, a gestão escolar é um ato de cidadania, um ato político-pedagógico. É um processo que se torna realidade quando a comunidade se envolve nas decisões da escola, contribuindo para uma educação de qualidade. E isso é possível quando há um órgão colegiado ativo e comprometido, que entende o seu papel fundamental na construção diária de uma escola pública de excelência. A realidade atual ainda não reflete o que é desejável, que até é compreensível considerando o legado de autoritarismo que marca a história do nosso país. No entanto, essa consciência não pode ser usada como desculpa para a inação.

A participação não é algo que acontece naturalmente, mas sim algo que precisa ser construído e fortalecido. A tarefa é superar a cultura do autoritarismo que ainda existe em muitas escolas e criar um ambiente que incentive a participação e a colaboração. As escolas precisam superar o desafio de envolver a comunidade escolar e local em suas decisões, especialmente no processo de planejamento do PPP (Projeto Político Pedagógico). Este que é a ferramenta chave para construir uma gestão participativa e democrática na escola. Ele deve ser o resultado de decisões coletivas, refletindo os desejos e necessidades daqueles que a escola atende. (SME 2016)

Conselho Escolar

É compreendido que o Conselho Escolar é um órgão vinculado à gestão da escola, assumindo as funções consultivas, deliberativas e mobilizadoras. Trata-se de uma instância colegiada que visa integrar os diversos segmentos da comunidade escolar, como: gestores, professores, funcionários, estudantes e familiares, na construção de uma escola mais participativa, transparente e comprometida com a formação cidadã. Segundo a definição oficial, o conselho escolar é entendido como:

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, no qual participam a comunidade escolar e a comunidade local. O Conselho Escolar, em sintonia com a administração da escola, visa tomar decisões coletivas nas áreas administrativa, financeira e político-pedagógica (BRASIL, 2004, p. 18, apud Ribeiro (2018))

A atuação do conselho escolar permite observar a presença de conceitos fundamentais para a gestão democrática, sejam eles explícitos ou implícitos, como a deliberação, coletividade e a participação ativa. A efetividade da participação coletiva no interior do conselho, depende do fortalecimento do diálogo, da escuta sensível e da corresponsabilidade entre os sujeitos envolvidos, reforçando a escola como um espaço de construção coletiva de saberes e decisões. O conselho não deve ser visto apenas como uma exigência legal, mas como um instrumento real de transformação da cultura organizacional da escola, favorecendo a articulação entre as necessidades da comunidade e os objetivos educacionais, inclusive no que se refere ao fortalecimento da relação família-escola.

Dessa forma, é fundamental defender que toda a comunidade escolar, composta por gestores, professores, estudantes e responsáveis, estejam devidamente representadas no conselho escolar. Esse colegiado configura-se como uma instância de democracia indireta, pois opera por meio da representação dos diferentes segmentos que compõem a escola. Ao ser escolhidos, no entanto, a representação por si só não garante uma participação efetiva. Para que os conselheiros realmente exerçam sua função, é imprescindível que lhes sejam assegurados o direito de discutir, propor, deliberar e votar sobre temas relevantes à gestão escolar. (SME 2016)

Reunião de Pais

Ao entrar numa reunião do seu filho percebe-se que lá é apenas mais uma oportunidade para ouvir sobre os problemas que ele está enfrentando. É como se a reunião fosse apenas um espaço para transmitir informações, sem realmente ouvir ou valorizar a sua opinião como pai, mãe ou responsável.

Infelizmente, essa é a realidade em muitas escolas, onde as reuniões de pais são vistas como obrigação, e não como uma oportunidade para construir uma parceria verdadeira entre a escola e a família. E para piorar, muitas vezes essas reuniões são agendadas em horários que são impossíveis para muitos responsáveis que têm que trabalhar ou cuidar de outras responsabilidades.

Uma reunião onde em vez de compartilhar objetivos e possibilidades educacionais, você se vê discutindo problemas individuais de cada aluno. É como se a reunião de pais e responsáveis, tornasse um espaço para resolver questões pessoais, ao contrário de ser um momento para unir forças e trabalhar juntos para o bem-estar e avanço na aprendizagem dos alunos. Um espaço que pais e mestres poderiam usar para compartilhar ideias, experiências e objetivos educacionais, sabendo que são educadores que compartilham a responsabilidade de educar os alunos, cada um em seu âmbito e papel.

As reuniões de pais e responsáveis podem ser momentos de conexão e crescimento entre pais e professores. Um momento onde se conhece melhor as famílias, suas necessidades e expectativas, e também onde a família entende melhor o cotidiano da escola. Mas para que isso aconteça, é importante que as reuniões sejam bem preparadas. É preciso ter materiais que deem fundamentos às discussões e também momentos de acolhimento e descontração. (SME 2016)

Associação de Pais e Mestres (APM)

Desde o seu surgimento, as APMs têm sido um canal aberto para que pais, mestres e membros da comunidade possam se reunir, discutir e trabalhar juntos para melhorar a educação e o ambiente escolar, um espaço onde todos têm voz e podem contribuir com suas ideias e experiências. As APMs são fóruns onde todos podem se envolver e fazer a diferença, uma forma que juntos é mais fácil criar um ambiente mais acolhedor, participando de assuntos simples ao mais complexos.

Essa Associação é um mecanismo poderoso para promover a democratização da educação, reunindo a comunidade escolar para trabalhar em equipe, em prol de uma educação de qualidade. Essa abordagem participativa e democrática permite que todos os membros da comunidade escolar sejam ouvidos e tenham um papel ativo na tomada de decisões que afetam a educação. As APMs são organizações que representam os interesses das famílias dos alunos, e que trabalham em estreita colaboração com a escola e a comunidade, formando uma parceria ativa.

Para que a Associação de Pais e Mestres seja um verdadeiro canal para a gestão democrática e participativa, é fundamental que gestão escolar seja um exemplo de liderança e motivação.

Isso significa inspirar e envolver professores, funcionários, alunos e pais em um processo de colaboração e participação ativa, para que juntos possam alcançar os objetivos da instituição escolar e construir um ambiente educativo mais justo. (SME 2016)

GRÊMIO ESTUDANTIL

Esse colegiado que faz parte da rotina escolar e representa, de forma legal, os interesses dos alunos. Quando se fala em um grêmio, logo se imagina aquelas reuniões organizadas com um calendário definido, horário marcado e uma pauta de assuntos a serem discutidos. Durante os encontros, tudo é registrado em ata, e há um espaço próprio para guardar documentos e realizar debates. Tudo isso segue um modelo tradicional, bem estruturado, semelhante ao que acontece no mundo adulto. Surpreende-se ao perceber que muitas das regras e formalidades das entidades tradicionais não são adotadas pelos jovens no grêmio estudantil. Pelo que se observa, eles parecem evitar práticas que não fazem sentido dentro de sua vivência e acabam deixando a burocracia de lado. Mesmo sem seguir um modelo rígido, as coisas acontecem. Os jovens encontram seu próprio jeito de organizar tudo, criando um ritmo e uma dinâmica que fazem sentido para eles.

O cronograma pode ser escolhido de acordo com os próprios alunos, no que condiz com a rotina que seus membros têm. O que pode parecer desorganização, é na verdade uma forma de fazer com que a maioria consiga participar.

Um aspecto fundamental é reconhecer que a reunião do grêmio estudantil, representa um momento significativo na experiência desses estudantes, com um ambiente leve e descontraído. Entre as discussões sobre os temas em pauta, surgem brincadeiras, piadas e muitas risadas. Diferente do que se poderia imaginar de uma reunião formal, os encontros do grêmio passam longe de serem monótonos ou cansativos. Claro que não é só brincadeiras, existe as conversas mais sérias onde todos opinam, e por isso esse momento é visto como uma oportunidade para estimular práticas baseadas no diálogo e na participação democrática. (VIANA, MARIOTINI, 2019).

Representantes de Classes

Ter uma voz que representa a sua turma, alguém que pode expressar suas ideias e preocupações para a equipe gestora da escola, é fundamental. É ter um alguém que conecta a sala de aula com a liderança da escola. Esse é o papel do representante de classe, um aluno escolhido por seus colegas para ser a voz da turma. Cada escola define as responsabilidades desse representante, dependendo das necessidades específicas da comunidade escolar.

Mas o que é mais importante é que esse papel não é apenas para formalidade, é um exercício de participação que ajuda os alunos a desenvolverem habilidades importantes como

organização, liderança e comunicação. E é também uma forma de democracia em ação. Os alunos aprendem a se expressar, a ouvir os outros e a tomar decisões coletivas. É uma experiência valiosa que os prepara para serem cidadãos ativos e engajados em sua comunidade. O melhor de tudo é que isso funciona! Os representantes de classe se tornam líderes naturais, capazes de inspirar e motivar seus colegas. (SME 2016)

Dia da Família na Escola

O Decreto nº 43.140, de 28 de abril de 2003, normatizou a Lei nº 13.457, de 27 de novembro de 2002, que instituiu o Dia da Família na Escola no Município de São Paulo. Assinado pela então prefeita Marta Suplicy, o decreto no seu artigo 1º estabelece como finalidade principal incentivar a participação das famílias dos estudantes nas atividades e desafios enfrentados pela comunidade escolar. Este decreto abrange toda a educação básica.

No artigo 2º desse decreto, determina que o Dia da Família na Escola seja reconhecido como dia letivo, integrando o calendário escolar e ocorrendo semestralmente, de preferência aos sábados. As atividades neste dia devem estar de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), relatado no artigo 3º, elaborado por toda a comunidade escolar, e divulgado pelos educadores, educandos e comunidade, que participam desse dia. Essas atividades estão relatadas no artigo 4º, que vão desde a exposição dos trabalhos dos alunos a atividades que a escola e família consideram interessantes. Decreto Estadual nº 43.140/2003 (São Paulo, 2003)

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), celebra esse dia 24 de abril, como o Dia da Família na Escola, com a finalidade de ressaltar a importância da família no processo educativo. A iniciativa foi criada após a divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que evidenciaram avanços no desempenho escolar e redução nos índices de evasão entre estudantes que contam com acompanhamento mais próximo de seus pais em sua trajetória educacional.

O Dia da Família na Escola tem como propósito mobilizar a sociedade, pais e toda a comunidade escolar quanto a relevância da família em todas as atividades desenvolvidas pela escola. A data fortalece essa parceria, enfatizando a necessidade de que pais, responsáveis, professores e gestores, atuem de forma integrada. Nesse dia as escolas realizam programações especiais, possibilitando momentos de diálogo e a construção de estratégias que favoreçam maior aproximação entre família e escola. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2023).

A Secretaria Municipal de Educação (SME) também considera a participação ativa da família parte fundamental para a promoção de uma educação de qualidade. O secretário municipal de educação, Fernando Padula, acredita nessa parceria ao destacar que, “Quando a escola e a família caminham lado a lado, o estudante percebe que sua aprendizagem importa e se sente mais seguro e motivador para aprender”.

Para a SME, o dia da família na escola vai muito além do que uma simples reunião, trata-se de um convite a colaboração efetiva entre a escola e a comunidade, o que é fundamental para o progresso educacional dos alunos. No decorrer desse encontro, professores e gestores estarão disponíveis para abordar o rendimento escolar dos alunos, explicar os métodos de avaliação e ouvir as contribuições das famílias. A proposta busca promover um diálogo claro e colaborativo, estreitando a relação entre os responsáveis e a vida escolar dos estudantes. Conforme relatado em Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (São Paulo, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação família-escola destaca por sua relevância como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral do estudante. Essa parceria não se limita à melhoria do desempenho escolar, mas abrange, igualmente, aspectos relacionados à formação ética, social e emocional, contribuindo para a construção de sujeitos mais conscientes e preparados para a vida em sociedade.

Os resultados da nossa pesquisa evidenciam que a comunicação efetiva, o respeito mútuo e o engajamento da família no processo educativo são fatores determinantes para o fortalecimento dessa relação. Contudo, também foram identificados obstáculos que dificultam essa aproximação, tais como a falta de tempo dos responsáveis, a ausência de estratégias pedagógicas eficazes e, em alguns contextos, a resistência ao estabelecimento de uma parceria colaborativa.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a escola desenvolva práticas pedagógicas que favoreçam a aproximação com as famílias, valorizando a escuta, o diálogo e a integração entre os saberes escolares e familiares. Além disso, é necessário que a instituição de ensino, enquanto espaço democrático assuma o compromisso de incluir a comunidade em seu projeto pedagógico reconhecendo a diversidade cultural e social de cada núcleo familiar. Valorizando também o papel das tecnologias digitais na mediação da relação entre família e escola.

Portanto, conclui-se, que o fortalecimento dessa parceria requer sensibilidade, planejamento e políticas educacionais que incentivem a participação ativa das famílias. Mais do que uma

cooperação institucional, trata-se de uma aliança formativa que, quando consolidada, tem o potencial de transformar trajetórias educacionais e ampliar perspectivas de futuro.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Alves de. A atuação do colegiado escolar e a gestão democrática das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Minas Gerais: [s. n.], 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9ZQQEU>. Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out.1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05/04/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc-2013-ensino-medio>. Acesso em: 18 out. 2025.

CORDEIRO, Gisele; PERUSSOLO, Célia Regina. A TECNOLOGIA COMO FACILITADORA NA INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA. Caderno Intersaberes. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3308>. Acesso em: 05/04/2025.

CAETANO, Luciana Maria. Relação escola e família: uma proposta de parceria. Revista Intellectus, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2003.

DA LOPES, T.J.S. & Campos, P.H.F. (2020). Escolas Para Quê? Por Quê? : (1ª ed.). Bookwire – Editora Appris. E-BOOK Disponível em: <https://elibro.net/pt/lc/ceadvirtual/titulos/194593>
Acesso: 12/04/25

DIA Nacional da Família na Escola é celebrado em 24 de abril. Ministério da Educação, [S. l.], p. 00, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/dia-nacional-da-familia-na-escola-e-celebrado-em-24-de-abril>. Acesso em: 05/04/2025.

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05/04/2025.

LIMA, M. M. Conselhos Escolares, gestão democrática e qualidade de ensino. Curitiba: Editora Appris Ltda. 1ªed, 2020.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação & Realidade*, v. 38, p. 1267-1282, 2013.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educ. Real*, p. 155-169, 2006.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 27, p. 99-108, 2010.

Pesquisas sobre Relação Família Escola. ItaúSocial, 2017, Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Relacao-familia-escola-destaques-das-pesquisas.pdf>. Acesso em: 28/09/2025.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. *Psicologia escolar e educacional*, v. 9, p. 303-312, 2005.

RIBEIRO, Márden Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 588-607, 2018.

RODRIGUES, Maria Caroline Santos Almeida et al. *Interação Escola-Família: Análise dos desafios e caminhos para a cooperação*. 2025.

UNIASSELVI. Resumo BNCC Ensino Médio. Disponível em: https://conteudos.uniasselvi.com.br/edtech/docs/resumo_bncc.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

VIANA, Jeisiane Gabriele; MARIOTINI, Sérgio Donizeti. *Gestão democrática da escola pública: o papel da APM como instituição auxiliar*. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro SP, 2019.